

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 10 de novembro de 2015.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Virgílio Nelson da Silva Carvalho, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNTur; Márcio Alves Borges, Secretário-Executivo do CODEFAT e Conselheiro Suplente Representante do MTE; Otavio Ladeira de Medeiros, Conselheiro Titular Representante do MF; Benedito Adalberto Brunca, Conselheiro Titular Representante do MPS; Fátima da Costa Lamar, Conselheira Suplente Representante do MAPA; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Thiago Rabelo Pereira, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Geraldo Ranthum, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços; Joicy Damares Pereira, Conselheira Suplente Representante da CNS-Saúde; e, Paulo César Pagi Chaves, Conselheiro Suplente Representante da FENASEG. **Convidados:** José Álvaro Fonseca Gomes, Presidente do FONSET e Arthur Henrique da Silva Santos, Presidente do FONSEMT.

1 Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego, teve início a Centésima Trigésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a direção do Presidente e Conselheiro Titular
4 Representante da CNTur, Sr. Virgílio Nelson da Silva Carvalho. **I – ABERTURA:** O Presidente
5 cumprimentou os presentes, saudando a ilustre participação do Excelentíssimo Ministro do Trabalho e
6 Previdência Social - MTPS, Sr. Miguel Rossetto. Em seguida, desejou boas vindas ao Conselheiro
7 Suplente Representante da FENASEG, Sr. Paulo César Pagi Chaves, e ao Conselheiro Titular
8 Representante do MF, Sr. Otavio Ladeira de Medeiros, os quais participavam pela primeira vez de uma
9 reunião do Conselho. Prosseguindo, passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro do MTPS,
10 que, inicialmente, reafirmou a importância estratégica de um Conselho com característica tripartite, em
11 referência ao CODEFAT. Afirmou que sua responsabilidade seria dar suporte ao Conselho, a fim de
12 fortalecê-lo, registrando que tinha uma visão clara em relação ao papel estratégico que o Colegiado
13 exercia, com poder de integrar representantes das estruturas municipais, estaduais, dos trabalhadores,
14 dos empregadores e do governo, criando um espaço coletivo de reflexão. Em seguida, reconheceu a
15 expertise que cada Conselheiro trazia para o CODEFAT, ponderando que esta era uma experiência
16 vitoriosa para o país. Em seguida, passou a abordar sobre os programas de proteção social criados

17 desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, destacando que os programas do Seguro
18 Desemprego e do Abono Salarial somados as políticas previdenciárias e assistenciais formavam uma
19 grande rede de proteção, fazendo com que ao longo dos últimos anos milhões de brasileiros fossem
20 incorporados a essa estrutura. Asseverou que o Brasil era um país que construía políticas públicas que
21 acolhiam a população em situação adversa, e que ao longo do tempo viveu-se um momento de grande
22 expansão do mercado de trabalho formal e da renda dos trabalhadores, sustentados por um contínuo e
23 sólido crescimento real do salário mínimo. Contudo, afirmou que para o presente exercício e para 2016
24 o Conselho teria o desafio de viver um cenário diferente do cenário positivo dos últimos 13 anos.
25 Destacou que dentre os desafios importantes estava o de cuidar da saúde financeira do FAT, cumprindo
26 com o dever constitucional de assegurar o pagamento dos Benefícios do Abono Salarial e do Seguro-
27 Desemprego. Entretanto, informou que novas iniciativas estavam sendo discutidas, a exemplo da
28 incidência de 30% da Desvinculação de Receitas da União – DRU, sobre os recursos do Fundo, o que
29 causaria uma tensão do ponto de vista das receitas do FAT. Informou, ainda, que outros desafios seriam
30 acerca da rotatividade de mão de obra e sobre o Sistema Público de Emprego. Dando prosseguimento,
31 abordou sobre o Programa de Proteção ao Emprego – PPE, asseverando que este Programa atendeu às
32 reivindicações de parte das Centrais Sindicais, que buscavam criar uma política garantidora do
33 emprego e não uma política passiva em relação a uma situação de desemprego. Concluiu, afirmando
34 que o Programa era uma aposta para a recuperação da economia e que a previsão de gasto com o PPE
35 seria menor que os gastos diretos com o pagamento do seguro-desemprego. Por fim, informou sua
36 pretensão em participar das agendas de reuniões do Conselho, junto com sua equipe, de forma a
37 responder os desafios que o País enfrentava. Em seguida, o Presidente do CODEFAT, solicitou que
38 fosse antecipado os próximos dois itens de pauta, visando aproveitar a presença do Ministro. Desta
39 forma, o Presidente passou ao tópico **II – APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Ata da 132ª Reunião**
40 **Ordinária, realizada em 26 de agosto de 2015. O Presidente indagou se havia alguma manifestação,**
41 **em não havendo, considerou aprovada a Ata em referência.** Em seguida, passou ao tópico **III –**
42 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 – Proposta da Bancada dos Trabalhadores de**
43 **alteração do Calendário do Abono Salarial, exercício de 2015/2016, aprovado pela Resolução**
44 **CODEFAT nº 748, de 2 de julho de 2015.** O Presidente solicitou que a discussão do assunto em tela
45 fosse adiada e que o item fosse transferido para uma próxima reunião do Conselho, não havendo
46 manifestação contrária. Em seguida, passou a palavra aos demais Conselheiros. O Conselheiro Titular
47 Representante da NCST, Sr. Geraldo Ramthum, referindo-se a alteração do Calendário, solicitou que o
48 Ministro se pronunciasse sobre o assunto. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco
49 Canindé Pegado do Nascimento, apoiou o Conselheiro da NCST e complementou que os Conselheiros

50 eram responsáveis por promover uma política de bem estar social focado em dois objetivos
51 constitucionais: seguro-desemprego e o abono salarial. Afirmou que o CODEFAT, desde sua
52 constituição, era o Conselho que mais contribuiu para a inclusão social e para a economia do país,
53 asseverando que os recursos do FAT eram bem administrados e bem fiscalizados pelo Tribunal de
54 Contas da União - TCU. Prosseguindo, ressaltou que era fundamental a figura do Ministro como parte
55 de sustentação do FAT, registrando a importância da sua participação nas reuniões do Colegiado. Em
56 seguida, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços, Sr.
57 Luigi Nese, que saudou a todos e lembrou que quando ocupou a cadeira de presidente do Colegiado,
58 há seis anos, alertou para o crescimento da despesa do abono em desacordo com o reajuste do salário
59 mínimo. Afirmou que era favorável a manutenção do benefício, mas desde que obedecesse aos limites
60 de crescimento da economia. Destacou, ainda, que foi o único Conselheiro da Bancada dos
61 Empregadores a votar contra a aprovação da alteração do Calendário de Pagamento do Abono, por
62 entender que a postergação do pagamento seria uma espécie de ajuste fiscal do governo. Sugeriu que
63 em caráter de urgência fosse desatrelado o indexador de reajuste do salário mínimo ao reajuste do
64 Abono, prevendo que a extensão do pagamento do benefício ao trabalhador doméstico aumentaria
65 ainda mais o impasse existente. Por último, asseverou a necessidade de incentivar o emprego e o
66 desenvolvimento da economia. Neste sentido, compartilhou que estavam sendo realizados alguns
67 estudos e que estes demonstravam que o setor de turismo seria uma alavancagem significativa para a
68 empregabilidade no país. Em seguida, distribuiu um exemplar do estudo sobre o tema “Turismo no
69 Brasil 2015 – avaliação e propostas”, solicitando que os recursos das aplicações dos Depósitos
70 Especiais do FAT fossem dirigidos principalmente para as micros e pequenas empresas, para o
71 PROGER Urbano e para fluxo de caixa. A seguir, o Conselheiro Titular Representante da Força
72 Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, avaliou que o CODEFAT estava perdendo espaço no cenário nacional
73 enquanto indutor da política pública de emprego e da política de distribuição de renda. Lembrou que
74 em 2013 o Programa de Qualificação Profissional foi direcionado para o Ministério da Educação -
75 MEC, ficando quase que inexistente na estrutura do MTPS, além disto, as Medidas Provisórias nº 664 e
76 nº 665 fizeram com que milhares de trabalhadores deixassem de acessar o seguro-desemprego e o
77 abono salarial e, por último, a aprovação da alteração do Calendário de Pagamento do Abono levou os
78 trabalhadores a outra derrota ao adiar parte do pagamento do benefício para o próximo exercício.
79 Lembrou, ainda, que 40% dos recursos do FAT eram repassados ao BNDES, por força
80 Constitucional, e se a DRU fosse fixada em 30%, restariam apenas os rendimentos e 30% da receita do
81 FAT para o Conselho operar. Concluiu que o cenário apresentado inviabilizaria o Conselho. Em
82 seguida, o Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, saudou a todos e

83 dirigiu-se ao Ministro, desejando que cumprisse um bom mandato frente ao MTPS, e endossou as
84 palavras do Conselheiro da UGT sobre a importância da participação do Ministro nas reuniões do
85 CODEFAT. Afirmou que o Conselho guardava a tradição de desenvolver política passiva, mas que
86 havia necessidade de desenvolver políticas ativas, com o escopo de alcançar o equilíbrio. Julgou que o
87 tema mais importante a ser discutido no momento seria acerca da DRU, entendendo que era
88 fundamental imprimir todos os esforços para evitar a sua ampliação. Neste sentido, apelou ao Ministro
89 para que o mesmo atuasse a fim de impedir mais este prejuízo ao Fundo. Prosseguindo, versou sobre o
90 Sistema Público de Emprego, asseverando que o PPE era um motivo a mais para fortalecer o Sistema.
91 Por último, reforçou que a Bancada dos Trabalhadores não se dava por vencida sobre o debate referente
92 ao Calendário do Abono Salarial e que o tema continuaria em pauta. O Presidente passou a palavra ao
93 Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joilson Antônio Cardoso do Nascimento , que reiterou
94 as palavras do Conselheiro da CUT, acrescentando que o CODEFAT só teria validade social se tivesse
95 vigor financeiro para executar suas políticas e que a ampliação da DRU ameaçava este papel. Em
96 seguida, chamou atenção para o problema da rotatividade de mão de obra no mundo do trabalho,
97 avaliando que a responsabilidade era dos empregadores que optavam por demitir mão de obra
98 qualificada em detrimento de trabalhadores menos qualificados e com menores faixas salariais. Por
99 fim, julgou que deveria ser realizado um amplo debate abordando assuntos diversos, como por exemplo
100 o repasse constitucional de 40% ao BNDES, o Sistema Público de Emprego, a sonegação fiscal, a
101 contratação de auditores do trabalho, o impacto das desonerações. O Presidente do FONSET, Sr. José
102 Álvaro Fonseca Gomes, dirigiu-se ao Ministro desejando êxito, e registrou que o Fórum havia
103 solicitado audiência para apresentar sugestões para a geração de emprego e renda. Na sequência, o
104 Ministro do MTPS informou que fazia parte da sua agenda participar das reuniões do CODEFAT,
105 reforçando que este era um espaço de debate privilegiado. Afirmou que a sociedade, o setor
106 empresarial e o setor sindical realizavam importantes esforços para restabelecer o crescimento
107 econômico. Ainda sobre o assunto, declarou que infelizmente nos últimos doze meses o emprego
108 formal apresentou resultado deficitário, segundo informações constantes no Cadastro Geral de
109 Empregados e Desempregados – CAGED. Registrou, ainda, que o governo reconhecia os desafios
110 atuais e que estava empenhado a apresentar alternativas à sociedade de forma a retomar o crescimento
111 econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego no país. Dirigiu-se aos Presidentes do
112 FONSET e do FONSEMT para afirmar que em breve iriam se reunir para discutir sobre um espaço de
113 cooperação entre a União, os Estados e os Municípios. Em relação à discussão do Calendário do
114 Abono, afirmou que o desejo de todos era recuperar a boa tradição de pagamento dentro do ano civil,
115 observando que apesar de não ter acompanhado o assunto diretamente, estava claro que foi

116 reconhecido, não de forma unânime, uma situação orçamentária difícil no ano de 2015. Ainda sobre o
117 assunto, compartilhou que houve um encontro com representantes da Bancada dos Trabalhadores e
118 com o Presidente do Colegiado para que a discussão fosse adiada para outra reunião, visto que a União
119 enfrentava sérios problemas de receita, o que impedia a antecipação do pagamento do benefício no
120 presente exercício, agradecendo pela compreensão das Bancadas. Ressaltou que a equipe técnica do
121 MTPS teria um tempo maior para acompanhar o desempenho da economia e elaborar uma proposta de
122 calendário para o próximo exercício, propondo que após a divulgação da Relação Anual de
123 Informações Sociais – RAIS, em 2016, o Calendário do Abono passasse por adequações. Em seguida,
124 agradeceu a oportunidade, e despedindo-se, desejou uma ótima reunião a todos os presentes. Na
125 sequência, o Presidente deu sequência a Pauta, passando ao **ITEM 3 – Termos Aditivos – TA aos**
126 **Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no período de julho a**
127 **setembro de 2015.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Márcio Alves Borges, relatou que no
128 período em referência foi celebrado 1 (um) Termo Aditivo com o BNDES, no montante de R\$480,0
129 milhões, para aplicação no Programa FAT FOMENTAR – micro e pequenas empresas. O Presidente
130 abriu inscrição para manifestação. O Conselheiro da CNS-Serviços solicitou que fosse realizada, na
131 próxima reunião do Colegiado, apresentação sobre a execução do Cartão BNDES, tendo obtido
132 concordância do Conselheiro Titular do BNDES, Sr. Thiago Rabelo Pereira,. O Presidente indagou se
133 havia mais alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovado o Item em referência. Dando
134 continuidade, passou ao **ITEM 4 – Proposta de Resolução que altera a de nº 752, de 26 de agosto**
135 **de 2015, que regulamenta as linhas de crédito dos Programas de Geração de Emprego e Renda**
136 **na área Urbana – PROGER Urbano Investimento.** A Titular da Coordenação-Geral de Emprego e
137 Renda – CGER, esclareceu que a Proposta de Resolução visava alterar a Resolução CODEFAT nº
138 752/2015, que regulamentou o PROGER Urbano Investimento. Explicou, ainda, que o objetivo do
139 Programa era estimular o desenvolvimento econômico, social e combate ao desemprego, destinado ao
140 apoio de atividades produtivas que visassem à geração e/ou manutenção dos postos de trabalho e renda.
141 Justificou que a proposta objetivava ampliar o rol de itens financiáveis da linha de crédito – PROGER
142 Urbano Investimento – Micro e Pequenas Empresas, incluindo os veículos mistos e de tração, conforme
143 disposto no Código Brasileiro de Trânsito – CBT, alterando assim o §3º, artigo 4º da Resolução
144 CODEFAT nº 752/2015, passando a vigorar a seguinte redação: “*Não são financiáveis obras de*
145 *construção civil, exceto de reforma ou adaptação e veículos, exceto de cargas, mistos e de tração*
146 *conforme classificação nas alíneas “b”, “c” e “e” do inciso II do art. 96 do Código de Trânsito*
147 *Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23/09/1997, com até dez anos de fabricação.” Apresentou as*
148 justificativas para a proposta de alteração, conforme a seguir: i) quando da aprovação da Resolução nº

149 752/2015 o entendimento da equipe técnica era de que veículos tipo caminhonete atenderiam a
150 demanda, mas após aprovação da referida Resolução foi analisado o Plano de Trabalho e identificou-se
151 que a não previsão de veículos mistos e de tração acarretaria prejuízo as empresas; e, ii) após a
152 aprovação da referida Resolução, um agente financeiro apresentou demanda para que o financiamento
153 contemplasse pequenos tratores. Concluiu sua apresentação asseverando que a ampliação dos itens
154 financiáveis iria contribuir para o desenvolvimento das micros e pequenas empresas, colaborando para
155 a geração e/ou manutenção do emprego e renda. Em seguida, o Presidente abriu inscrição para
156 manifestação. O Conselheiro da CUT sugeriu que fosse reavaliado o prazo de financiamento de
157 veículos com até 10 anos de fabricação, propondo que fosse alterado para aquisição de veículos novos.
158 Esclareceu que sua proposta visava reaquecer a indústria automobilística, gerando mais postos de
159 trabalho. O Conselheiro do BNDES apoiou a proposta do Representante da CUT, entendendo que
160 existia a possibilidade de aperfeiçoamento da referida Resolução, garantindo que os nobres e escassos
161 recursos do FAT contribuíssem ao máximo para a geração de emprego e renda qualificada. Registrou,
162 para fins de reflexão dos Conselheiros, que caberia uma discussão, pois considerava necessário discutir
163 sobre a questão de financiamento de importação, ponderando que os nobres recursos do Fundo não
164 deveriam ser utilizados para viabilizar a geração de emprego no resto do mundo. Em seguida, o
165 Conselheiro da CNS-Serviços considerou relevante a preocupação do Conselheiro da CUT, mas
166 observou que parte dos pequenos empresários não teriam recursos para aquisição de um veículo novo.
167 Contudo, considerou que o prazo de 10 anos poderia ser reduzido para 3 ou 4 anos de uso. O
168 Conselheiro Suplente do MDA, Sr. João Luiz Guadagnin, compartilhou a informação de que todo
169 crédito rural para financiamento de bens, máquinas, equipamentos só eram financiados se cumprissem
170 o índice de nacionalização mínimo, segundo critérios do Financiamento de Máquinas e Equipamentos –
171 FINAME, e do BNDES. Sobre o assunto, achou pertinente que constasse na resolução essa exigência.
172 O Conselheiro do BNDES afirmou conhecer a legítima preocupação do MTE em relação à
173 complexidade operacional, considerando que esse debate possa produzir a formatação mais adequada
174 da proposta. Contudo, registrou que a possibilidade de financiamento de veículos usados não seria a
175 melhor opção para gerar o efeito máximo do recurso, ou seja, a geração de emprego e renda. Sugeriu,
176 por fim, que a discussão do item fosse dividida por temas e que de imediato se deliberasse a respeito do
177 tema de menor complexidade operacional, propondo-se a colaborar com a discussão, a fim de formatar
178 uma proposta para um debate com maior grau de complexidade. A Coordenadora-Geral da CGER
179 sugeriu que a proposta de alteração da Resolução contemplasse, a princípio, apenas deliberação
180 pertinente a ampliação dos itens financiáveis e que, posteriormente, poderia ser instituído um grupo de
181 trabalho para avaliar as propostas apresentadas pelos Conselheiros. Além disso, seria necessário avaliar

182 a revisão da taxa de juros, de forma a atender demanda das Instituições Financeiras. Afirmou que a
183 proposta de revisão da referida resolução poderia ser apresentada na reunião do CODEFAT, prevista
184 para fevereiro de 2016. O Presidente encaminhou o item à deliberação, tendo sido aprovado por
185 unanimidade, conforme sugestão da Coordenadora-Geral da CGER. Em seguida, o Conselheiro da
186 CUT comunicou sua saída da reunião uma vez que sua passagem de retorno foi marcada para as 13h,
187 lamentando não ser possível permanecer na reunião até a conclusão dos trabalhos. O Conselheiro da
188 UGT solicitou inversão de pauta dos itens 5.1 e 5.2, uma vez que tinha urgência no assunto. Assim
189 sendo, sem objeções, o Presidente procedeu a inversão de pauta, passando para o tópico **IV –**
190 **APRESENTAÇÃO: ITEM 5 – Pela Caixa Econômica Federal: Subitem 5.2 Tema:**
191 **Esclarecimentos quanto à notícia veiculada nas mídias nacionais de que a CAIXA teria realizado,**
192 **com recursos próprios, pagamento do benefício seguro-desemprego.** O Diretor do Programa Bolsa
193 Família e Benefícios Sociais da CAIXA, Sr. Roberto Barreto, esclareceu que de julho de 2013 até
194 setembro de 2014 o Banco utilizou, eventualmente, recursos próprios para pagamento do benefício do
195 seguro-desemprego e do abono salarial. Ressaltou que a partir de outubro de 2014 a CAIXA passou a
196 receber rigorosamente os recursos para pagamento dos benefícios do abono salarial e do seguro-
197 desemprego, à exceção do dia 31 de março corrente, quando houve um saldo negativo, mas que foi
198 imediatamente sanado pelo Ministério. Explicou, ainda, que essa situação estava inteiramente
199 normalizada e, além disto, comunicou que dia 1º de outubro do corrente foi publicado o Decreto nº
200 8.535, dispondo sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do
201 Poder Executivo Federal. Por fim, registrou que a CAIXA ainda tinha a receber o montante de R\$ 57
202 milhões referentes à remuneração dos seus recursos utilizados neste período para pagamento dos
203 citados programas sociais. O Presidente abriu inscrição para manifestação. O Conselheiro da UGT
204 declarou-se surpreso com as informações apresentadas. Solicitou que o Ministério se pronunciasse e
205 esclarecesse o que ocorreu para justificar a interrupção do fluxo financeiro do FAT no período
206 informado. O Coordenador-Geral da Coordenação de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador
207 esclareceu que era competência da Coordenação da CGFAT gerenciar as contas suprimidas dos
208 benefícios do abono salarial e do seguro-desemprego. Explicou, ainda, que o FAT, além das receitas da
209 arrecadação do PIS/PASEP e das remunerações dos recursos aplicados em depósitos especiais,
210 dependia de recursos adicionais do Tesouro Nacional para fazer frente às despesas. Contudo, afirmou
211 que no início do Calendário de Pagamento do Abono Salarial, durante o exercício de 2014, o fluxo de
212 receitas do Fundo não foi suficiente para atender as despesas do pagamento dos benefícios, fazendo
213 com que durante o referido exercício o saldo médio na CAIXA fosse negativo em R\$ 404 milhões.
214 Entretanto, ressaltou que a partir de setembro até dezembro de 2014 os recursos foram restabelecidos,

215 tendo fechado o exercício com saldo positivo. Relatou, ainda, que a situação estava sob análise do TCU
216 e do Congresso Nacional. Justificou que estavam trabalhando para informar e deixar claro o que
217 ocorreu. Por fim, esclareceu que o Ministério alimentava a conta suprimimento dos programas, mas
218 dependia de recursos complementares, e que o Fundo possuía recursos aplicados no extramercado, mas
219 que não era possível resgatá-los, uma vez que se tratava de outra fonte de recursos. O Conselheiro da
220 UGT solicitou que fosse elaborada nota técnica contendo esclarecimentos sobre o fato de a CAIXA ter
221 realizado, com recursos próprios, pagamento do benefício do seguro-desemprego, durante todo o
222 período que tal fato tenha ocorrido, a fim de que os Conselheiros pudessem tomar conhecimento oficial
223 da situação. O Conselheiro da CNS-Serviços concordou com o Conselheiro da UGT, declarando-se
224 preocupado com a situação. Questionou porque não foi dado ciência aos Conselheiros à época,
225 concluindo que se o Conselho não foi cientificado também não poderia ser responsabilizado.
226 Questionou, também, se a CAIXA agiu deliberadamente neste processo ou se houve demanda por parte
227 do Ministério. O Diretor do Programa Bolsa Família e Benefícios Sociais da CAIXA esclareceu que o
228 Banco agiu dentro da previsão contratual que define que na ausência de recursos a Instituição
229 Financeira poderia, a seu critério, continuar pagando os benefícios. Explicou, ainda, que a CAIXA agiu
230 desta forma preocupada com os beneficiários dos programas e com a continuidade da política pública,
231 entendendo que não poderiam interromper o calendário de pagamento do benefício, estando, assim,
232 totalmente respaldados por aspectos econômicos, financeiros e legais. O Coordenador-Geral da
233 CGFAT ressaltou que não houve nenhuma irregularidade do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo
234 o mesmo agido dentro da lei. Informou que ele era o ordenador da despesa e o responsável por
235 gerenciar a conta suprimimento dos benefícios pagos com recursos do FAT. Asseverou, ainda, que não
236 existia nenhuma ação contra os Conselheiros. Por último, o Conselheiro Titular Representante da Força
237 Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, defendeu que a CAIXA agiu no intuito de realizar os programas sociais
238 importantes para o Brasil, a fim de atender o cidadão, considerando que foi um ato importante. O
239 Conselheiro da UGT comunicou sua saída da reunião, solicitando um aparte para comentar sobre o
240 Subitem 9.6 – Resolução nº 1, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Política Criminal e
241 Penitenciária – habilitação e saque do Seguro-Desemprego pelo beneficiário preso, mediante
242 representação de mandatário. Sobre o assunto afirmou que do ponto de vista legal seria possível ato
243 declaratório para representação do beneficiário preso. Contudo, causou estranheza o fato de a
244 Resolução do Conselho nº 1, de 25.09.2015, regular como seria feita a habilitação do beneficiário,
245 afirmando que o assunto deveria ser reexaminado. O Secretário-Executivo do CODEFAT esclareceu
246 que o Conselho autorizou esse tipo de representação porque a norma vigente exigia que as procurações
247 fossem feitas em cartório. Desta forma, foi aprovada resolução do CODEFAT admitindo que os

248 diretores de presídio pudessem representar o beneficiário em situação prisional, desde que o Conselho
249 Nacional de Política Criminal e Penitenciária apresentasse posição favorável, o que ocorreu por meio
250 da Resolução nº 1, de 25.09.2015, que conferiu ao Diretor do Estabelecimento Prisional competência
251 para atestar a autenticidade da procuração outorgada pelo preso. Dando prosseguimento, o Presidente
252 do CODEFAT solicitou nova inversão de pauta dos subitem 5.1 e do item 7, justificando que seria
253 importante que todos os Conselheiros presentes tivessem conhecimento do item a ser apresentado,
254 solicitando, ainda, que o Conselheiro da UGT aguardasse a apresentação do referido item. Não
255 havendo objeções, o Presidente procedeu à inversão de pauta, passando ao **ITEM 7 – Tema: Portal do**
256 **FAT, pela Secretaria Executiva do CODEFAT.** A Titular da Coordenação-Geral de Gestão
257 Operacional do Conselho Deliberativo do FAT – CGCON, Sra. Maria Suely Felipe Barrozo Lopes,
258 inicialmente agradeceu o empenho da equipe da Secretaria Executiva do CODEFAT nos trabalhos
259 relacionados ao desenvolvimento do Portal do FAT, bem como o apoio manifestado pelas demais áreas
260 envolvidas do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS. Na sequência, passou a apresentar
261 o Portal do FAT aos Conselheiros, ressaltando que esse era um espaço privilegiado, que permitiria uma
262 série de avanços em relação à comunicação e a divulgação de temas relacionados ao Fundo, sem haver
263 a necessidade de gastos excessivos com campanhas. Destacou, ainda, que o Portal proporcionaria, de
264 forma exclusiva, a apresentação de dados e informações dos programas do FAT, diferente do que
265 ocorria atualmente no Portal do Ministério. Ressaltou que embora o Portal do FAT não estivesse
266 concluído, considerava positivo que o lançamento ocorresse com a maior brevidade possível.
267 Observou, também, que a Dataprev havia desenvolvido o Portal com tecnologia avançada, tornando
268 dinâmico o processo de apresentação de notícias, permitindo agilidade na publicação das matérias
269 veiculadas na mídia. Informou que a Assessoria de Comunicação Social do Ministério – ASCOM
270 apresentou a possibilidade de que no Portal do FAT fosse possível editar matérias, publicar pautas de
271 reunião, divulgar entrevista com os Conselheiros, divulgar programas e esclarecimentos sobre os seus
272 resultados, entre outros. Na sequência, explicou que na parte central do Portal encontravam-se *banners*
273 que facilitariam o acesso do público externo quanto à identificação das ações e programas custeados
274 pelo FAT. Acrescentou, ainda, que o Portal também disponibilizava espaço para publicação das
275 agendas do CODEFAT e do GTFAT, além de permitir a criação de outras que fossem consideradas
276 relevantes. Ressaltou que a criação do Portal era de grande importância, pois o ambiente lhes permitiria
277 a inclusão dos atos relativos ao Fundo sem competir com as demais áreas do Ministério. Explicou que
278 os módulos CODEFAT e Comissões de Emprego ainda estavam em desenvolvimento, mas que em
279 breve estes módulos iriam permitir aos Conselheiros acesso privilegiado a dados e informações de
280 todos os programas e ações do FAT que não eram disponibilizadas ao público em geral. Afirmou que

281 os Conselheiros poderiam sugerir matérias, entrevistas e, até mesmo, enviar fotos para divulgação na
282 galeria do Portal. Observou que a intenção era criar um espaço na galeria para postagens de fotos das
283 reuniões do Colegiado e que, inclusive, já haviam entrado em contato com o fotógrafo para que os
284 registros fossem realizados desde a presente reunião. Asseverou que o objetivo era compartilhar com a
285 sociedade esses registros que atualmente ficavam arquivados no Departamento de Emprego e Salário –
286 DES e na Secretaria Executiva do CODEFAT. Por fim, informou que o Portal do FAT estava
287 armazenado no ambiente da Dataprev, assim como os demais programas financiados pelo FAT e que
288 sua disponibilização na rede estava prevista para dezembro. O Presidente do CODEFAT perguntou
289 qual seria o endereço do Portal. A Coordenadora-Geral da CGCON informou que o endereço seria
290 *www.portalfat.com.br*. O Conselheiro da Força Sindical, em nome da Bancada dos Trabalhadores,
291 parabenizou à equipe pelo trabalho, destacando que esta ferramenta abriria um importante espaço para
292 diálogo com a sociedade. Em seguida, o Conselheiro da CNS-Serviços parabenizou a toda equipe
293 técnica responsável pelo desenvolvimento do Portal, supervisionada pela Coordenadora-Geral da
294 CGCON. Ressaltou que o Portal seria benéfico, pois traria transparência e credibilidade às atividades
295 do Conselho. Lembrou, também, que seria uma importante ferramenta para que a população tivesse
296 acesso às informações e conhecimento da importância do Fundo. A Coordenadora-Geral da CGCON
297 agradeceu a equipe do Ministério, bem como ao corpo técnico da Dataprev, afirmando que eles
298 trabalharam com zelo e dedicação. Agradeceu, ainda, em especial, a sua equipe, que embora com
299 limitações de recursos e de pessoal realizaram um bom trabalho. O Presidente solicitou uma salva de
300 palmas à equipe da CGCON, agradecendo a apresentação e elogiando o bom trabalho realizado com o
301 Portal do FAT. Em seguida, o Presidente retomou a ordem da Pauta, passando para a apresentação do
302 **Subitem 5.1 – Tema: Unidades Lotéricas – CAIXA**. O Diretor do Programa Bolsa Família e
303 Benefícios Sociais da CAIXA informou que no passado as Unidades Lotéricas eram abertas sob
304 assinatura de Termos de Responsabilidade e Compromisso, mas que desde 1999 o Banco passou a
305 permitir a concessão do serviço somente por licitação. Relatou que em 2013, havia sido firmado
306 compromisso entre a Caixa e o Tribunal de Contas da União – TCU, para regularização das Unidades
307 Lotéricas sem licitação, abertas anteriores a esse período. Então, esclareceu que o Ministério havia
308 solicitado à Caixa que apresentasse aos Conselheiros a estratégia de licitação referente a esse processo
309 de substituição, que ocorreria de 2016 a 2018. No entanto, informou que no dia 22 de outubro de 2015
310 foi sancionada uma lei convalidando os Termos de Responsabilidade existentes e renovando os Termos
311 de Permissões por mais 20 anos, ou seja, permitindo o funcionamento, durante esse período, de
312 Unidades Lotéricas que não haviam passado por licitação e que atuavam por permissões. Dessa forma,
313 ratificou que esse processo de licitação estava suspenso até 2039. Portanto, esclareceu aos Conselheiros

314 que diante do atual cenário não entendia ser relevante no momento esclarecer à lógica e as estratégias
315 da licitação. Porém, mostrou-se disposto a apresentar o tema, caso o Conselho julgasse oportuno. O
316 Presidente agradeceu e considerou o esclarecimento satisfatório. Dando prosseguimento, o Presidente
317 passou para o tópico **V – INFORMES: ITEM 8 – Tema: Visitas realizadas ao Banco do Nordeste**
318 **do Brasil – BNB e ao Banco da Amazônia – BASA, pelo Presidente do CODEFAT.** O Presidente
319 do CODEFAT registrou visita ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB e ao Banco da Amazônia –
320 BASA com o objetivo de reforçar o interesse na continuidade da política entre o Conselho e as
321 Instituições. Em seguida, retomou a ordem de pauta, passando ao **ITEM 6 – Tema: Painel de**
322 **Monitoramento Analítico do Mercado de Trabalho, pelo Observatório Nacional do Mercado de**
323 **Trabalho (OBMT) – SPPE/MTE.** O Assessor da SPPE, Sr. Vinícius Gomes Lobo, informou que o
324 Observatório Nacional do Mercado de Trabalho – OBMT existia desde 2002, tendo como proposta
325 facilitar a disseminação de informações e conhecimento aos integrantes dos Conselhos/Comissões
326 Estaduais e Municipais, ou seja, aos gestores da participação social. Observou que recentemente
327 elaboraram o Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho, uma ferramenta que disponibilizava
328 de maneira prática informações quanto ao mercado de trabalho, tanto a nível territorial como
329 municipal. Destacou que este Painel já estava disponível a todos na web pelo endereço:
330 *www.mercadodetrabalho.mte.gov.br*. Afirmou que a intenção era sintetizar o máximo possível algumas
331 informações sobre o mercado de trabalho do País, utilizando-se de gráficos. Observou, ainda, que por
332 meio da ferramenta era possível obter as informações referentes aos Estados e Municípios, de maneira
333 específica e rápida, como por exemplo: i) evolução do emprego formal; ii) evolução do saldo
334 (admitidos menos demitidos); iii) duração dos vínculos dos desligados; iv) evolução dos desligamentos
335 por tipo; v) evolução do emprego por setor; e, vi) a movimentação por ocupação, ou seja, quais
336 ocupações tinham o maior número de contratações e desligamentos no referido mês. Lembrou que os
337 dados lançados na ferramenta estavam em consonância com a Relação Anual de Informações Sociais –
338 RAIS, com o CAGED e o Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário – SIRETT.
339 Esclareceu, então, que esse seria um importante instrumento na qualificação dos gestores, efetivando a
340 participação social, pois tinha por finalidade tornar os dados mais acessíveis. Por fim, informou que
341 estava sendo firmado um novo contrato objetivando aprimorar a ferramenta e em breve uma nova
342 versão estaria disponível na web. O Presidente agradeceu pelas informações, afirmando que elas seriam
343 integradas a fim de direcionar melhor o Conselho. O Conselheiro da CTB compartilhou que participou
344 do Seminário Nacional dos Observatórios do Trabalho, realizado em novembro presente, afirmando
345 que o Observatório apresentou objetivos claros e grandiosos, relativos a disseminação do conhecimento
346 sobre as políticas públicas e das questões estruturais que envolviam o mundo do trabalho. Considerou o

347 Seminário importante enquanto gerador e incentivador do diálogo, acreditando que o debate junto às
348 secretarias estaduais e municipais nivelaria para cima a governança das secretarias do trabalho. O
349 Presidente do FONSEMT, Sr. Arthur Henrique da Silva Santos, parabenizou toda a equipe do
350 Observatório, ressaltando que a ferramenta permitia não só o acesso, mas também a troca e
351 aprofundamento de informações. Registrou que infelizmente não foi possível participar do Seminário,
352 contudo o FONSEMT atuava em conjunto com o Observatório para a troca de experiência,
353 aprimoramento e fortalecimento dessa ferramenta fundamental. O Assessor da SPPE informou que
354 havia um convênio entre o Ministério e o DIEESE para criar uma rede nacional do Observatório do
355 Trabalho e que no futuro iriam precisar do apoio do Conselho. O Presidente do Conselho parabenizou
356 novamente toda a equipe do Observatório. Dando prosseguimento, solicitou um aparte para comunicar
357 que entre os dias 16 a 18 de novembro corrente, a Confederação Nacional do Turismo - CNTur
358 realizaria um congresso em São Paulo e que o convite seria encaminhado a cada Conselheiro. Em
359 seguida, o Conselheiro da NCST, referindo-se ao subitem 9.1 – Boletim de Informações Financeiras do
360 FAT – 4º Bimestre/2015, solicitou que na próxima reunião do Conselho, prevista para ocorrer em
361 16.12.2015, fizessem uma apresentação sobre o tema Bolsa Qualificação e o PPE, constando
362 informações sobre onde estava sendo praticada a Ação e o Programa, por: estado, município, categoria,
363 número de empregados, número e nome das empresas abrangidas e respectivos valores. Solicitou,
364 ainda, que o material fosse encaminhado previamente aos Conselheiros para análise. O Presidente do
365 FONSEMT aproveitou para convidar o Colegiado a participar, em São Paulo, da Segunda Semana do
366 Trabalho, Emprego e Renda, que oferecerá 7.234 vagas de trabalho, de várias áreas, além de ações de
367 economia solidária e empreendedorismo. O Conselheiro da CNS-Serviços sugeriu que em uma
368 próxima reunião fosse discutida a possibilidade de ampliar os recursos para o PROGER, visando
369 atender as micro e pequenas empresas, principalmente na área de serviços. Prosseguindo, o Conselheiro
370 da CTB parabenizou pela forma como a reunião estava sendo conduzida e pela participação do
371 Presidente em eventos externos. O Presidente do CODEFAT agradeceu e declarou que para o próximo
372 exercício desejava que houvesse uma reunião do Conselho em cada região do Brasil. Em seguida,
373 passou ao tópico **VI – OUTROS ASSUNTOS: ITEM 9 - Entrega dos seguintes documentos: 9.1)**
374 **Boletim de Informações Financeiras do FAT – 4º Bimestre/2015; 9.2) Periódico INFORME**
375 **PROGER – Dados até agosto de 2015; 9.3) Informativo da Secretaria de Políticas Públicas de**
376 **Emprego – SPPE/MTE sobre as prestações de contas de convênios com recursos do FAT; 9.4)**
377 **Boletim da Secretaria Executiva do CODEFAT sobre o comportamento do mercado de trabalho**
378 **e o andamento das ações custeadas com recursos do FAT; 9.5) – Relatório de Execução da PDE –**
379 **REL-PDE; 9.6) - Resolução nº 1, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Política**

380 **Criminal e Penitenciária – habilitação e saque do Seguro-Desemprego pelo beneficiário preso,**
381 **mediante representação de mandatário; 9.7) - Quadro Comparativo da Proposta Orçamentária**
382 **do FAT - 2016, aprovada pelo CODEFAT e o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. O**
383 Presidente informou que os documentos em referência encontravam-se na mídia digital distribuída a
384 cada Conselheiro no início dos trabalhos. O Presidente indagou se havia mais alguma observação, não
385 tendo sido registrada nenhuma manifestação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e
386 esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para
387 constar, eu, Márcio Alves Borges, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após
388 aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNTur

MÁRCIO ALVES BORGES
Secretário-Executivo do CODEFAT e
Conselheiro Suplente Representante do MTE

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Conselheiro Titular Representante do MF

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA
Conselheiro Titular Representante do MPS

FÁTIMA DA COSTA LAMAR
Conselheira Suplente Representante do MAPA

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

THIAGO RABELO PEREIRA
Conselheiro Titular Representante do BNDES

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

Continuação da 133ª Reunião Ordinária do CODEFAT

GERALDO RANTHUM

Conselheiro Titular Representante da NCST

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular Representante da CTB

LUIGI NESE

Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços

PAULO CÉSAR PAGI CHAVES

Conselheiro Suplente Representante da FENASEG

JOICY DAMARES PEREIRA

Conselheira Suplente Representante da CNS-Saúde
